



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA  
APRESENTADA PELA SECRETARIA DE  
SAÚDE PARA AQUISIÇÃO DE  
EQUIPAMENTOS, INSUMOS E VIDRARIAS  
PARA O PROJETO FARMÁCIA VIVA**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O presente Estudo Técnico Preliminar configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento de demanda da Secretaria de Saúde do Município de Santo Amaro da Imperatriz para aquisição de equipamentos, insumos e vidrarias para o projeto farmácia viva, o qual o município foi selecionado no EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021 (Anexo I), conforme PORTARIA GM/MS Nº 3.784, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021 (Anexo II), com o PLANO DE TRABALHO FARMÁCIA VIVA (Anexo III).

**2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

A necessidade de contratação surge com o objetivo de viabilizar a participação do Município de Santo Amaro da Imperatriz no Programa Farmácia Viva, que foi selecionado pelo Ministério da Saúde. O município foi contemplado com recursos iniciais específicos para a implantação do projeto, que visa a produção e distribuição de fitoterápicos à população, como parte das ações de promoção da saúde e do uso racional de medicamentos.

A aquisição de equipamentos, vidrarias e insumos é essencial para garantir a implantação adequada do projeto, assegurando que a produção dos fitoterápicos seja realizada de acordo com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

**3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso V, da Lei Federal n. 14.133/2021, o levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis juntamente à justificativa técnica e





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

econômica da escolha do tipo de solução a contratar e é conteúdo a ser acrescido no Estudo Técnico Preliminar, mormente pois este deve “sondar e propor soluções e alternativas ao gestor, no intuito de melhor adimplir as necessidades públicas”, eis que “o problema a ser resolvido deve se dar com a indicação da melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação”.

Dito isso, passa-se a explanação do levantamento de mercado realizado.

Compra de Equipamentos e Insumos	
Vantagens:	Desvantagens:
O Ministério da Saúde disponibilizou recursos específicos para a compra dos equipamentos.	Manutenção e depreciação: O município precisará arcar com os custos de manutenção e eventuais reparos, além de lidar com a depreciação dos equipamentos ao longo do tempo
A compra assegura que o município terá controle total sobre os equipamentos, possibilitando o uso conforme a necessidade do projeto, sem depender de terceiros.	
Os equipamentos comprados poderão ser utilizados por muitos anos, garantindo a continuidade da produção sem necessidade de renovação de contratos de aluguel ou dependência de fornecedores externos.	

Aluguel de Equipamentos	
Vantagens:	Desvantagens:
O aluguel pode ser financeiramente mais acessível no curto prazo, já que os custos são distribuídos ao longo do tempo.	O recurso destinado pelo Ministério da Saúde foi exclusivamente para compra, o que impossibilita o uso desse valor para aluguel de equipamentos e implica na devolução do repasse.
Equipamentos alugados podem ser substituídos por versões mais recentes ao término dos contratos, mantendo a estrutura atualizada sem grandes investimentos.	Poucas empresas conseguem oferecer todos os equipamentos necessários para o projeto. Isso obrigaria o município a contratar várias locadoras, gerando fragmentação na gestão.
	No longo prazo, o aluguel tende a ser mais caro do que a compra, pois os pagamentos recorrentes podem ultrapassar o valor de aquisição dos equipamentos.
	O município ficaria dependente da renovação de contratos e da disponibilidade dos fornecedores, o que poderia afetar a continuidade da produção.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Terceirização da Produção de Fitoterápicos	
Vantagens:	Desvantagens:
Ao terceirizar a produção, o município não precisaria investir em equipamentos ou infraestrutura, pois a responsabilidade técnica seria da empresa contratada.	Assim como no caso do aluguel, os recursos foram destinados especificamente para a compra de equipamentos e estruturação local, impossibilitando a alocação desse valor para terceirizar a produção.
A terceirização pode reduzir custos com pessoal, uma vez que a equipe do município não precisaria ser treinada para operar os equipamentos e realizar a produção.	A terceirização traria problemas com a logística de entrega dos fitoterápicos, já que a produção seria possivelmente realizada fora do município, o que poderia resultar em atrasos e aumentar os custos de transporte.
	O controle sobre o processo de produção seria terceirizado, o que pode comprometer a padronização dos medicamentos e aumentar os riscos de falhas ou desvios na qualidade dos produtos.
	O município ficaria totalmente dependente do fornecedor externo, o que poderia afetar a continuidade do fornecimento, especialmente em caso de quebra de contrato ou falhas na produção.

#### **4. SOLUÇÃO PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA**

Com base nessa análise, a compra de equipamentos e insumos se apresenta como a opção mais vantajosa, considerando o uso adequado dos recursos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, a autonomia e segurança proporcionadas pela posse dos equipamentos e a continuidade operacional garantida pela estruturação local da produção.

Tanto o aluguel de equipamento quanto a terceirização apresentam obstáculos significativos, especialmente devido à destinação exclusiva dos recursos para compra e às dificuldades logísticas e operacionais que essas alternativas trariam.

#### **5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Não foi elaborado Plano de Contratações Anual para o ano de 2025.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta envolve a estruturação e **implantação do laboratório de produção de fitoterápicos** do **Programa Farmácia Viva** no município de Santo Amaro da Imperatriz, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Essa solução inclui a aquisição dos equipamentos, vidrarias e insumos necessários para garantir o funcionamento autossuficiente da unidade de produção de medicamentos fitoterápicos, bem como a conformidade com as exigências legais.

### **Componentes Principais:**

- **Equipamentos:** Descritos no item 9 deste documento.
- **Insumos:** Plantas medicinais, solventes e embalagens para a confecção e acondicionamento dos fitoterápicos.
- **Infraestrutura:** O laboratório está sendo montado em terreno próprio da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, localizado em anexo ao Conventinho Sagrado Coração de Jesus, localizado na rua Teresa Cristina – Centro.

### **Integração dos Componentes:**

- **Produção Local:** A produção será realizada integralmente no laboratório municipal, garantindo a supervisão direta da qualidade dos medicamentos, desde a manipulação dos insumos até o envase e rotulagem final.
- **Manutenção e Assistência Técnica:** Todos os equipamentos adquiridos devem contar com garantia mínima de 12 meses, e a manutenção será realizada por empresas especializadas, preferencialmente da região, assegurando o menor tempo possível de inatividade em caso de falhas técnicas.

### **Fluxo de Operação:**

1. **Cultivo de plantas medicinais:** Com supervisão da Engenheira Agrônoma, as mudas serão plantadas em terrenos cedidos pela Prefeitura e agricultores parceiros.
2. **Produção:** Utilizando os equipamentos adquiridos, os insumos serão processados para a extração de princípios ativos e formulação dos fitoterápicos.
3. **Envase e Rotulagem:** Após a produção, os medicamentos serão envasados e rotulados.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

4. **Distribuição:** Os fitoterápicos serão distribuídos às Unidades Básicas de Saúde, onde estarão disponíveis para a população. Em caso de produção que exceda o consumo interno, a Secretaria poderá realizar parcerias com os municípios vizinhos para obter insumos para o projeto em troca dos fitoterápicos.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País – inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nos descritivos do item presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.

É necessário manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador.

Além disso, a empresa vencedora do processo licitatório deverá cumprir os seguintes requisitos:

O prazo de entrega dos itens é de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato e da solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal da Saúde à empresa.

Os itens deverão ser entregues no laboratório da Farmácia Viva, localizado em anexo ao Conventinho Sagrado Coração de Jesus, localizado na rua Teresa Cristina – Centro no período de segunda a sexta das 08:00 às 13:00

Os bens de consumo deverão ter prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses contado da data de recebimento definitivo.

O prazo de garantia contratual dos equipamentos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste item, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

As peças ou bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento ou dos bens licitados.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens ou peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do item das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscal técnica do contrato emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**a. ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS**

Todos os equipamentos oferecidos devem ter no mínimo 1 (um) ano de garantia. Deve-se exigir que os bens fornecidos pela empresa precisam atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANVISA e outras normas regulatórias pertinentes.

**b. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Não se aplica.

**c. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA**

Não se aplica.

**d. PRÉ-QUALIFICAÇÃO DOS ITENS**

O Município ainda não dispõe de Cadastro de Bens Pré-Qualificados.

**8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

A solução escolhida compete execução estimada, e se tratando de aquisição destes equipamentos, insumos e vidrarias, não é possível determinar um quantitativo preciso por se tratar de um novo programa da saúde. Por conta disso calculamos uma quantidade estimada, devendo ser executado de forma parcelada. Essa decisão de realizar o parcelamento foi baseada na análise técnica, que indicou que essa medida trará maior competitividade, facilitará a gestão contratual e proporcionará uma melhor alocação dos recursos, atendendo







**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

ao princípio da economicidade e à legislação vigente. Assim, o parcelamento contribuirá para uma contratação mais eficiente e adequada às necessidades.

## **9. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa total de quantidades para contratação somente será definida após a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, pois não se descarta a inclusão ou exclusão, por razões técnicas ou mercadológicas, de itens desta lista ao longo do processo seguinte à elaboração de descritivos, das cotações de mercado e da intenção de registro de preço, de forma que a lista final consolidada será conhecida apenas no Termo de Referência.

No entanto, a quantidade estimada, bem como a pesquisa de mercado, encontra-se no link: [https://drive.google.com/file/d/1lh-aa5il1Oc\\_0RVPolouds-yqbMDI3pe/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1lh-aa5il1Oc_0RVPolouds-yqbMDI3pe/view?usp=drive_link)

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Estima-se com base na planilha de precificação que o valor estimado seja próximo a R\$ 182.000,00

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

A implementação do Programa Farmácia Viva em Santo Amaro da Imperatriz trará diversos benefícios diretos para a saúde pública. Entre os resultados esperados com essa contratação estão:

### **1. Ampliação do Acesso a Medicamentos Fitoterápicos:**

- **Benefício direto à população:** A oferta de medicamentos fitoterápicos permitirá que a população tenha acesso a tratamentos alternativos e complementares, promovendo o uso racional de medicamentos e a valorização da medicina natural.
- **Redução de custos com medicamentos convencionais:** A produção local de fitoterápicos poderá reduzir a demanda por medicamentos sintéticos, muitas vezes mais caros, gerando economia para o município.







**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

**2. Melhoria na Gestão de Recursos:**

- **Economia financeira:** A compra dos equipamentos, ao invés de aluguel ou terceirização, representa uma **solução** de longo prazo, garantindo que o município tenha maior controle sobre os custos e operações do laboratório, além de utilizar os recursos disponibilizados pelo Ministério da Saúde.
- **Otimização dos recursos humanos:** Com a aquisição dos equipamentos, os profissionais de saúde do município poderão ser capacitados para a produção e manipulação dos fitoterápicos, o que aumenta o aproveitamento do capital humano local e fortalece o conhecimento técnico da equipe.

**4. Promoção da Autossuficiência Local:**

- **Autonomia na produção:** A instalação do laboratório permitirá que o município tenha total autonomia para produzir e distribuir seus próprios fitoterápicos, sem depender de fornecedores externos ou enfrentando desafios logísticos.

**5. Impacto na Saúde Pública:**

- **Prevenção e promoção da saúde:** O uso de fitoterápicos poderá atuar tanto na prevenção quanto no tratamento de diversas condições de saúde, reforçando as ações de saúde preventiva e complementar promovidas pelo SUS.

**12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO  
PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

A Secretaria de Saúde, deverá realizar a reforma do espaço doado pela prefeitura para comportar no espaço a instalação de um laboratório para confecção dos fitoterápicos. Além disso, preparar o terreno para viabilizar a plantação de mudas, capacitar os servidores envolvidos no processo de produção e elaborar um plano de trabalho para coordenar toda a cadeia produtiva e de distribuição.

**13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Contratação de engenheiro agrônomo e jardineiro para auxiliar no manejo do cultivo.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

**14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

**15. VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Ante o exposto, considerando a demanda existente, os resultados obtidos através do levantamento de mercado e apontamentos feitos, CONCLUI-SE que a melhor solução para atender as demandas apresentadas pelos órgãos ou entidades do município é a elaboração de ata de registro de preço para a compra dos materiais supracitados.

Santo Amaro da Imperatriz, 28 de janeiro de 2025.

**Tuan Lucas Honorato**  
Assistente Administrativo





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO I**

22/10/2021 05:21

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - DOU - Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 22/10/2021 | Edição: 200 | Seção: 3 | Página: 128

Órgão: Ministério da Saúde/Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021**

Processo nº 25000.145969/2021-72, 0023393233.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS), torna público o processo seletivo de projetos para apoio à estruturação de Farmácias Vivas, de acordo com a Seção II do Capítulo IV do Título IV da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, a Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA nº 18/2013, o Decreto nº 5.813/2006 e a Portaria Interministerial nº 2.960/2008.

**1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1. DO OBJETIVO DO EDITAL**

1.1.1. O objetivo deste Edital é a seleção de projetos de estruturação de Farmácias Vivas, contribuindo para garantir o acesso de usuários do SUS a fitoterápicos com qualidade, segurança e eficácia, conforme a Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF).

**1.2. DOS PARTICIPANTES**

1.2.1. Poderão participar Secretarias de Saúde municipais e estaduais que atendam às exigências constantes neste Edital, nas seções "1. DISPOSIÇÕES GERAIS" e "2. REGULAMENTO".

1.2.2. A seção "2. REGULAMENTO" está disponível no site eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sctie/editais-e-transparencias/editais/2021>.

**1.3. DO ORÇAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

1.3.1. O Ministério da Saúde disporá para este Edital o valor global de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) como recurso de custeio e de capital. Este somente poderá ser utilizado para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

1.3.2. Os recursos solicitados deverão estar coerentes com os eixos e metas informados no projeto, sob pena de redução dos valores a serem repassados.

1.3.3. O montante de capital deve ser de, no máximo, 30% do valor do recurso solicitado ao Ministério da Saúde.

1.3.4. A proponente deverá apresentar como contrapartida obrigatória a disponibilização e estruturação do imóvel onde funcionará a Farmácia Viva e a responsabilidade de arcar com as despesas não cobertas por este edital tal como exposto no item 13.8.

1.3.5. Os valores utilizados para cálculo do recurso solicitado devem ser compatíveis com os praticados pelo mercado.

1.3.6. Os recursos repassados deverão ser utilizados exclusivamente para implantação do projeto e desenvolvimento dos Eixos apresentados no Plano de Trabalho.

1.3.7. A utilização do recurso para realização de atividades não contempladas ou com fins alheios aos Eixos informados implicará a negativa de repasse de novos recursos para o projeto, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

1.3.8. Despesas não cobertas com o recurso repassado pelo Ministério da Saúde:

a) realização de obras, reformas prediais e aquisição de veículos de passeio ou agrícolas;

b) pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas;

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-de-chamada-publica-n-1/2021-354191919>

1/4





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

22/10/2021 06:21

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - DOU - Imprensa Nacional

c) despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, e desde que previstas no projeto;

d) despesas gerais de manutenção das instituições proponentes (água, energia, aluguel, telefone, material de limpeza, correios etc.);

e) aquisição de equipamentos de uso individual como celulares, radiocelulares ou afins;

f) aquisição de utensílios domésticos e roupas, salvo as que configurem uniforme e equipamentos de proteção individual para trabalho/atividade específica ou eventos, e desde que previstas no projeto.

1.3.9. Os recursos, segundo a LOA/2021 e cujo código da funcional programática é 10.303.5020.20K5.0001, serão transferidos "Fundo a Fundo" em parcela única, por meio de conta do Fundo Nacional de Saúde para conta corrente específica e única dos Blocos de Custeio e de Investimento.

1.3.10. Para a transferência "Fundo a Fundo" dos recursos federais serão observadas as disposições contidas na Portaria nº 3.992/2017/GM/MS, nos artigos 3º e 4º da Lei nº 8.142/1990 e na Lei Complementar nº 141/2012.

1.3.11. A transferência de recursos está condicionada à conformidade de todos os documentos obrigatórios, conforme regulamento.

1.3.12. A execução do recurso repassado é de inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde Municipal ou Estadual proponente.

1.3.13. Recomenda-se avaliar a proposta junto aos gestores públicos, setor jurídico e Conselho de Saúde locais antes de encaminhar a proposta ao Ministério da Saúde, a fim de garantir efetiva execução do recurso após sua aprovação.

#### 1.4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

1.4.1. A execução física dos projetos de estruturação de Farmácia Viva será monitorada e avaliada por meio de:

a) transmissão de informações ao Ministério da Saúde, conforme disposto no Capítulo V - Dos Sistemas de Informação da Assistência Farmacêutica - da Portaria de Consolidação nº 1/2017/GM/MS, por meio da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no SUS, sobre entradas, saídas e dispensações de PMF, utilizando o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - Hórus - ou Sistema próprio, por meio do serviço Webservice, os quais podem ser implantados, aprimorados ou adequados por meio de recursos deste Edital, desde que previsto no projeto;

b) envio, pelas Secretarias de Saúde proponentes, de informações relativas à execução dos eixos e metas previstos no projeto;

c) outros, quando necessário, e de acordo com as necessidades identificadas pela área técnica DAF/SCITIE.

1.4.2. Conforme a Lei nº 8.142/1990, em seu art. 1º, § 2º, cabe ao Conselho de Saúde o controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

1.4.3. Em caso de execução física inadequada do projeto, será solicitada auditoria por meio do Sistema Nacional de Auditoria no Sistema Único de Saúde, conforme o Decreto nº 1.651/95.

#### 1.5. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1.5.1. É de inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde Municipal ou Estadual a prestação de contas referente à execução do recurso repassado "Fundo a Fundo".

1.5.2. A prestação de contas deverá ser feita por meio dos Relatórios de Gestão, segundo a Lei nº 8.142/1990, o Decreto nº 1.651/1995 e a Seção II do Capítulo VII - Dos Sistemas de Informação da Gestão em Saúde - da Portaria de Consolidação nº 1/2017/GM/MS, que institui e regulamenta o uso do Sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento - DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde, observado que o Relatório Anual de Gestão - RAG será atualizado pelos gestores federal, estaduais e municipais de saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira.

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-de-chamada-publica-n-1/2021-354191919>

2/4







**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

22/10/2021 08:21

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - DOU - Imprensa Nacional

15.3. É recomendável especificar, no Relatório Anual de Gestão - RAG e no Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA, a execução física e financeira dos recursos repassados em decorrência deste Edital.

**16. DO RESULTADO**

16.1. Os resultados provisório e final da seleção serão divulgados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sctie/editais-e-transparencias/editais/2021>, conforme as datas informadas no Regulamento do Edital.

16.2. Os responsáveis pelas propostas receberão comunicados eletrônicos por meio dos contatos informados nos respectivos Formulários de Inscrição.

16.3. Será publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria de Habilitação dos Municípios/Estados selecionados e respectivos valores financeiros para a execução do projeto.

**17. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

17.1. A SCTIE/MS aceitará recursos para contestação do resultado provisório somente por meio do sistema Formsus/Datasus, disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sctie/editais-e-transparencias/editais/2021>, no prazo informado no Regulamento deste Edital.

17.2. Somente as Secretarias de Saúde proponentes poderão interpor recurso e estas serão comunicadas sobre a decisão da Comissão Técnica Avaliadora.

17.3. Após a análise dos recursos interpostos, o resultado provisório poderá sofrer alteração.

**18. DOS PRAZOS**

18.1. O presente Edital obedecerá aos prazos estabelecidos no seu Regulamento.

**19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. Quaisquer alterações que se fizerem necessárias nas metas do Plano de Trabalho durante a execução do projeto, desde que não alterem a essência dos eixos informados e os valores totais de custeio e capital, deverão ser submetidas para aprovação do Conselho de Saúde e ciência do Ministério da Saúde.

19.2. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo para execução do projeto, deve haver aprovação do Conselho de Saúde em relação ao prazo e à prestação de contas referente aos recursos utilizados até o momento.

19.3. Os produtos oriundos do monitoramento dos projetos poderão ser disponibilizados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sctie/editais-e-transparencias/editais/2021>.

19.4. O material de caráter educativo, informativo, de orientação social ou de divulgação do projeto deve conter logomarcas do Ministério da Saúde como apoio financeiro e da Secretaria de Saúde como executora do projeto.

19.5. A solicitação de esclarecimentos acerca deste Edital e da elaboração das propostas deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do endereço eletrônico: [fitodaf@saude.gov.br](mailto:fitodaf@saude.gov.br).

19.6. O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

19.7. O Ministério da Saúde reserva-se ao direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas neste Edital.

19.8. Fica estabelecido o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, como competente para dirimir as questões oriundas decorrentes da execução do presente Edital.

19.9. Caso as lides sejam entre Estados ou Distrito Federal e a União, aplica-se o Artigo 102, Inciso I, Alínea f, da Constituição Federal.

**HÉLIO ANGOTTI NETO**

Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-de-chamada-publica-n-1/2021-354191919>

3/4



Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Santo Amaro da Imperatriz/SC  
CEP 88.140-000  
[procuradoria.pmsai@santoamaro.sc.gov.br](mailto:procuradoria.pmsai@santoamaro.sc.gov.br)



(48) 3245-4309  
E-mail:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

22/10/2021 08:21

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - DOU - Imprensa Nacional

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO II**

**ADVERTÊNCIA**

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União



**Ministério da Saúde**  
**Gabinete do Ministro**

**PORTARIA GM/MS Nº 3.784, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021**

*Aprova o repasse dos recursos de investimento e custeio, em parcela única, para os Municípios selecionados pelo Edital SCTIE/MS nº 1/2021.*

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.960, de 9 de dezembro de 2008, a qual aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Edital SCTIE/MS nº 1, de 22 de outubro de 2021, cujo objetivo é a seleção de projetos de estruturação de Farmácias Vivas, contribuindo para garantir o acesso de usuários do SUS a fitoterápicos com qualidade, segurança e eficácia, conforme a Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), resolve:

Art. 1º Fica aprovado o repasse Fundo a Fundo de recursos de investimento e custeio, em parcela única, para os Municípios descritos no Anexo desta Portaria, selecionados por meio Edital SCTIE/MS nº 1/2021.

Art. 2º Os recursos de que trata esta Portaria serão custeados por meio da LOA/2021 e da Funcional Programática 10.303.5020.20K5 (PO 0000).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES**

**ANEXO I - MUNICÍPIOS APROVADOS POR MEIO DO EDITAL SCTIE/MS Nº 1/2021 A RECEBEREM RECURSOS DE INVESTIMENTO E CUSTEIO**

UF	IBGE	MUNICÍPIO	VALOR DE CUSTEIO	VALOR DE INVESTIMENTO	TOTAL
CE	230440	Fortaleza	R\$ 639.931,10	R\$ 226.529,97	R\$ 866.461,07
		TOTAL CE	R\$ 639.931,10	R\$ 226.529,97	R\$ 866.461,07
MA	210480	Grajaú	R\$ 538.080,56	R\$ 271.724,30	R\$ 809.804,86
		TOTAL MA	R\$ 538.080,56	R\$ 271.724,30	R\$ 809.804,86
MG	314330	Montes Claros	R\$ 468.418,35	R\$ 236.924,30	R\$ 705.342,65
		TOTAL MG	R\$ 468.418,35	R\$ 236.924,30	R\$ 705.342,65
PE	260640	Gravatá	R\$ 572.239,07	R\$ 191.204,80	R\$ 763.443,87
		TOTAL PE	R\$ 572.239,07	R\$ 191.204,80	R\$ 763.443,87







**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

RS	431490	Porto Alegre	R\$ 571.192,99	R\$ 255.589,30	R\$ 826.782,29
TOTAL RS			R\$ 571.192,99	R\$ 255.589,30	R\$ 826.782,29
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	R\$ 447.225,95	R\$ 225.644,31	R\$ 672.870,26
TOTAL SC			R\$ 447.225,95	R\$ 225.644,31	R\$ 672.870,26
SP	352230	Itapetininga	R\$ 462.911,98	R\$ 192.383,02	R\$ 655.295,00
TOTAL SP			R\$ 462.911,98	R\$ 192.383,02	R\$ 655.295,00
TOTAL			R\$ 3.700.000,00	R\$ 1.600.000,00	R\$ 5.300.000,00

Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO III**

Acesse o plano de trabalho em: [https://drive.google.com/file/d/1-R5oMm08RRZ6ddTmpwGgJhQQ5Er\\_kBpF/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1-R5oMm08RRZ6ddTmpwGgJhQQ5Er_kBpF/view?usp=drive_link)

